



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Minas e Energia

Requerimento nº , de 2013. (Do Sr. Eduardo da Fonte)

Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir as regras e o mix de energias que vão integrar o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado “A-5”, agendado para de dezembro de 2013.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **REQUEIRO** a Vossa Excelênci, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada reunião de audiência pública para discutir com o Ministério das Minas e Energia (MME) e com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) as regras e o mix de energias que vão integrar o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado “A-5”, agendado para de dezembro de 2013.

Sugiro sejam convidados:

- a) o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME; e
- b) o Sr. Maurício Tomasquim, Presidente da EPE.

JUSTIFICATIVA

O MME publicou a Portaria nº 234/13, no Diário Oficial da União do dia 10/7/2013, que define as diretrizes para a realização do segundo Leilão de Energia A-5/2013, a ser realizado em 13 de dezembro de 2013. O primeiro Leilão de Energia A-5/2013 está agendado para o dia 29 de agosto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Minas e Energia

No segundo Leilão A-5/2013 serão negociados Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), na modalidade por quantidade para usinas hidrelétricas, e na modalidade por disponibilidade, para usinas termoelétricas a carvão, gás natural em ciclo combinado ou biomassa.

O início de suprimento dos contratos será em 1º de janeiro de 2018 e o prazo de suprimento será de 30 anos para o CCEAR por quantidade e de 25 anos para o CCEAR por disponibilidade.

É de se destacar que a EPE tem registrado, nas últimas edições do Plano Decenal de Expansão de Energia, a perda da capacidade de regularização do parque hidrelétrico, que explica, em grande parte, o crescente uso de despacho térmico por razões elétricas.

Do ponto de vista técnico a solução consiste em acrescentar potência instalada ao SIN, seja na modalidade quantidade, seja na por disponibilidade.

O desafio que se apresenta no médio e no longo prazo é o de criar incentivos para alavancar a expansão da oferta de potência no SIN de empreendimentos hidroelétricos, bem como empreendimentos a biomassa, gás natural, carvão e solar.

É necessário discutir com a EPE e com o MME a ideia de que processo competitivo, baseado em leilões de potência, não deve se circunscrever a uma ocorrência isolada, mas deve representar uma solução de característica estrutural que induza ao crescimento do mercado de oferta de energia oriunda de todas as fontes.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2013.

Deputado EDUARDO DA FONTE

PP/PE